

# Seleção de Estágio

**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
da República  
no Maranhão

Data de aplicação da prova: 08 de novembro de 2020

# 2020

## Formação do cadastro de reserva

### Área: Direito

#### Orientações Gerais - Caderno de Provas

**Pré requisitos:** o candidato deve atender aos requisitos necessários para a realização da prova em plataforma virtual, entre eles apresentar documento de identidade original com foto, ter um computador ou telefone celular (smartphone) com acesso a navegador de internet, microfone, alto-falantes e câmera conectados ou integrados ao dispositivo, funcionando corretamente, já testados e previamente ajustados.

Também é necessário possuir conexão de internet estável o suficiente para não interromper a videochamada durante a aplicação da prova, situação que ensejará na imediata desclassificação do candidato, ter um endereço de e-mail válido, entre outros requisitos constantes no Edital 01/2020/PRMA, que rege o seletivo de estágio.

**Prova:** será realizada, por meio do sistema Moodle, em 08/11/2020, das 10:00 horas às 12:00 horas, para a área de Direito (todos os horários descritos seguem o fuso horário de Brasília).

As salas virtuais estarão abertas para a entrada dos candidatos, a partir das 9:00 horas de

08/11/2020. O candidato deverá estar presente em sua respectiva sala virtual, até às 9:45 horas de 08/11/2020, com microfone, alto-falantes e câmera conectados ou integrados ao dispositivo (computador ou celular smartphone), funcionando corretamente, já testados e previamente ajustados.

Não será permitido o acesso de candidatos às salas virtuais após o horário fixado para o início da prova. Será considerado fraude o desrespeito a qualquer disposição presente nas Subseções II.2 e II.3 do Edital 01/2020/PRMA, incorrendo, então, o candidato, nas penas previstas em lei.

A prova terá duração de 2 (duas) horas para a área de Direito, não sendo disponibilizado tempo excedente em nenhuma hipótese, salvo para candidato com deficiência, cujo requerimento tenha sido previamente aprovado pela comissão organizadora ou autoridade competente.

A prova objetiva para a área de Direito valerá 50,00 (cinquenta) pontos, terá peso 1 (um), e conterá 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha.

**Iniciado em** domingo, 8 nov 2020, 09:51

**Estado** Finalizada

**Concluída em** domingo, 8 nov 2020, 09:51

**Tempo empregado** 6 segundos

Questão **1**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Quanto aos contratos administrativos e licitação, assinale a alternativa verdadeira:**

- A. Para aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, deverá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.
- B. A Lei n. 8.666/1993 considera Administração Pública a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
- C. O instrumento de contrato somente é obrigatório nos casos de concorrência, de tomada de preços e convite, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;
- D. Não se exige licitação para contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
- E. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, cabendo ao contratante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, seguro-garantia ou fiança bancária;



Questão **2**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Acerca da improbidade administrativa, assinale a resposta INCORRETA:**

- A. Além de agentes públicos, agentes políticos e particulares também estão sujeitos a responsabilidade por improbidade administrativa;
- B. Diversamente do dano ao erário que é imprescritível, as demais sanções estabelecidas na Lei 8.429/92 são prescritíveis.
- C. Além da suspensão dos direitos políticos, a Lei 8.429/92 estabelece de maneira autônoma a sanção de inelegibilidade;
- D. A Lei 8.429/92 embora seja uma lei federal, a doutrina considera ela uma lei nacional, pois aplicável a todos os entes federativos;
- E. O entendimento do STJ é de que não se aplica o foro por prerrogativa de função aos réus da ação de improbidade;



Questão **3**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Acerca da classificação, modalidades ou espécies de atos administrativos:**

- A. Ofícios Circulares expedidos pela Corregedoria-Geral do Ministério Público são exemplos atos administrativos negociais;
- B. No caso de a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público deixar de observar o disposto na Lei nº 12.527/11 ("Lei de Acesso à Informação"), o correspondente ato administrativo de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos é tido como ordinatório.
- C. A audiência pública realizada pelo Ministério Público é exemplo de ato administrativo classificado pela doutrina administrativista como administrativo-judicial;
- D. A recomendação administrativa, expedida pelo Ministério Público a destinatários externos, é exemplo de ato administrativo individual;
- E. O termo de ajustamento de conduta (TAC), previsto na Lei nº 7347/85, realizado pelo Ministério Público, é exemplo de ato administrativo ordinatório;



Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Analise a seguinte situação hipotética, segundo a legislação e o entendimento do STF e do STJ:** *Determinado taxista dirigia embriagado quando colidiu contra o prédio de determinada secretaria estadual, que foi danificado com a batida.*

**Assim, estado federado prejudicado deverá propor ação de ressarcimento**

- A. em prazo indeterminado, ante a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário público.
- B. no prazo prescricional de cinco anos, com base em aplicação analógica do Decreto Federal n.º 20.910/1932.
- C. no prazo prescricional de cinco anos, em razão de previsão expressa no Decreto Federal n.º 20.910/1932.
- D. no prazo prescricional de cinco anos, por aplicação expressa da Lei Federal n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal.
- E. no prazo prescricional de três anos, com base no Código Civil.



Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Quanto aos contratos celebrados pela administração pública, bem como aos convênios e aos consórcios administrativos.**

- A. O denominado termo de contrato é obrigatório nas contratações que decorram de procedimento licitatório nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite.
- B. Caso a pessoa jurídica de direito privado receba verba do poder público, com fundamento em convênio celebrado, o valor perde a natureza de dinheiro público e passa a integrar o seu patrimônio.
- C. O poder público detém a prerrogativa de fiscalizar a execução do contrato administrativo e de determinar a adoção das medidas necessárias à regularização de eventuais faltas ou defeitos observados, ensejando o não atendimento das determinações da autoridade fiscalizadora a aplicação exclusiva de multa.
- D. A celebração de consórcio administrativo sem personalidade jurídica independe de autorização legislativa, desde que não envolva repasse de verbas não previstas na lei orçamentária.
- E. Na hipótese de inexecução total do contrato, a legislação de regência estabelece a possibilidade de aplicação cumulativa da penalidade de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação.



Questão **6**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Quanto à criação, pela União, de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com atribuições para prestar serviços públicos, assinale a opção verdadeira:**

- A. Nas hipóteses de descentralização, em que a União crie por lei autarquia vinculada a um ministério, haverá relação hierárquica entre o ente autárquico e o órgão ministerial, porém não o controle político.
- B. Em nome do princípio da eficiência e da boa gestão, admite-se que lei federal autorize genericamente a União a criar sociedades de economia mista e fundações que sejam necessárias para dar cumprimento ao planejamento setorial.
- C. Lei que crie sociedade de economia mista controlada pela União pode conter cláusula genérica que permita àquela sociedade adquirir participação em outras empresas.
- D. As outras alternativas estão incorretas.
- E. É legítima a criação, por lei, de pessoa jurídica de direito público, a ela atribuindo-se a execução de determinado serviço público, retendo, porém, a União, a titularidade sobre tal serviço.



Questão **7**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Quanto aos poderes da administração pública:**

- A. No julgamento de revisão de processo administrativo em que foi aplicada sanção administrativa, o exercício do poder disciplinar é restringido pela Lei n.º 9.784/1999, pois não se admite o agravamento da sanção.
- B. Suponha-se que uma instrução normativa da Secretaria do Tesouro Nacional viole a lei. Nesse caso, não é possível a utilização de decreto legislativo, pelo Congresso Nacional, para suspender a norma regulamentar exorbitante do poder regulamentar, uma vez que esta norma não é um decreto editado pelo chefe do Poder Executivo.
- C. O poder de polícia pode ser remunerado por meio de taxa, tanto pelo seu efetivo exercício, quanto pela potencialidade colocada à disposição do contribuinte.
- D. A possibilidade de a administração aplicar multas pelo descumprimento total ou parcial dos contratos administrativos não decorre do seu poder disciplinar, visto que envolve terceiros, não integrantes da administração, abrangendo as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
- E. As decisões do TCU submetem-se ao controle hierárquico do Congresso Nacional.



◀ QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO CONSTITUCIONAL - 8 PONTOS

Seguir para...

QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO CIVIL - 7 PONTOS ▶



**Iniciado em** domingo, 8 nov 2020, 09:49

**Estado** Finalizada

**Concluída em** domingo, 8 nov 2020, 09:49

**Tempo  
empregado** 10 segundos

Questão **1**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Quanto ao "writ" do mandado de segurança:**

- A. Pode ser impetrada a qualquer momento, pois é inconstitucional o prazo de 120 dias estabelecidos na legislação ordinária, uma vez que a constituição não estabelece qualquer prazo.
- B. pode ser ajuizada apenas para a defesa de interesses individuais.
- C. pode ser impetrada no STF contra ato jurisdicional do STJ.
- D. é a ação adequada para a retificação de dados públicos sobre a pessoa do impetrante.
- E. é adequada para a obtenção de informação de interesse geral, não protegida por sigilo, constante de registros ou banco de dados públicos.



Questão **2**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Na dicção da Constituição de 1988, quanto a proteção do meio ambiente:**

- A. recebeu a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, ao exigir o relatório ambiental preliminar de todos os empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.
- B. ensejou uma maior flexibilidade para a definição, a manutenção e a modificação dos limites de unidades de conservação da natureza, o que pode ser feito por ato do Poder Executivo.
- C. adotou uma visão estrita para o vocábulo "meio ambiente", pois reconhece a proteção do patrimônio natural em seu artigo 225.
- D. deixou de aludir expressamente ao desenvolvimento sustentável, apesar de ele poder ser inferido do artigo 170, VI, quando se refere ao meio ambiente como princípio que rege a ordem econômica.
- E. buscou limitar as atividades nucleares, ao exigir que o licenciamento ambiental de novas usinas dependa de lei estadual específica, por meio da qual se defina sua localização.



Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Marque a opção INCORRETA:**

- A. Quanto ao conteúdo jurídico-objetivo, o direito fundamental de petição possui efeito horizontal indireto, ou seja, na medida ou grau de sua influência nas relações entre particulares, ele se aperfeiçoa necessariamente por intermédio da interpretação judicial de cláusulas gerais e conceito jurídicos indeterminados;
- B. Petição, no sentido do direito constitucional brasileiro, engloba pedidos propriamente ditos, segundo o teor do art. 5º, XXXIV, alínea "a", da CF "em defesa de direitos" e queixas ou reclamações "contra ilegalidades ou abuso de poder", sendo que pedidos referem-se a comportamentos futuros e queixas dizem respeito a comportamentos pretéritos da Administração;
- C. Os destinatários do direito fundamental de petição são tão somente os órgãos do Poder Público em sentido lato, incluindo os órgãos do Legislativo e Judiciário, porém, regras de distribuição de competência não devem implicar a não admissibilidade da petição e conseqüente impossibilidade do exercício de direito, haja vista que somente o exercício do direito de ação deve submeter-se a tais regras rígidas de competência que podem levar à sua não admissibilidade.
- D. A titularidade do direito fundamental de petição segue a regra geral do art. 5º, "caput", da CF, uma vez que a expressão "a todos assegurados", do inciso XXXIV, alínea "a" deve ser interpretada sistematicamente com a definição da titularidade prevista no "caput" do mesmo art. 5º sendo, portanto, restrita aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil cabendo contudo, em razão da omissão de discriminação pelo legislador, o exercício do mesmo direito a estrangeiro não residente no país, fundado na titularidade universal da igualdade formal perante a lei;
- E. O direito fundamental de petição é um direito de resistência (*Abwehrrecht*) ou de defesa (*status negativus*) e assim sendo, qualquer medida estatal, sobretudo as medidas legislativas que coíbam o exercício positivo ou negativo do direito, haverão de ser declaradas nulas, a não ser que representem uma intervenção estatal justificada na área de proteção do direito;



Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**A Constituição de 1988, apesar de assegurar a independência recíproca do Poder Executivo e do Poder Legislativo, prevê mecanismos de freios e contrapesos para que um Poder controle o outro. NÃO se inclui entre esses mecanismos a competência**

- A. das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros do Estado.
- B. do Congresso Nacional para autorizar, previamente, o estado de sítio, bem como para suspender essa medida.
- C. do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- D. do Congresso Nacional para autorizar, previamente, a intervenção federal, bem como para suspender essa medida.
- E. do Congresso Nacional para aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.



Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Assinale a alternativa INCORRETA:**

- A. Inexiste determinação constitucional de interstício temporal mínimo entre os dois turnos de votação das Casas do Congresso Nacional, para fins de aprovação de emendas à Constituição da República.
- B. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar delegação ao Congresso Nacional, sendo expressamente vedada a utilização dessa modalidade legislativa pela União para a instituição do imposto sobre propriedade territorial rural.
- C. A tese da existência de "normas constitucionais inconstitucionais" já foi admitida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na ordem constitucional vigente para tipos normativos advindos do Poder Constituinte Derivado.
- D. A Casa do Congresso Nacional na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. Nos termos da Constituição Federal, poderá o Presidente da República vetar o projeto, no todo ou em parte, no prazo de quinze dias úteis.
- E. As medidas provisórias são editadas pelo Presidente da República, em situações de urgência e relevância, e posteriormente submetidas a apreciação do Congresso Nacional.

Questão 6

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Quanto ao sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, assinale a alternativa verdadeira:**

- A. Os órgãos legislativos de qualquer dos níveis de poder, também exercem controle de constitucionalidade.
- B. O Superior Tribunal de Justiça, a exemplo dos demais órgãos jurisdicionais de qualquer instância, pode declarar incidentalmente a inconstitucionalidade de lei no julgamento de recurso especial, desde que a questão tenha sido suscitada e resolvida pela instância ordinária.
- C. O Supremo Tribunal Federal admite o controle judicial do processo legislativo em nome do direito subjetivo do parlamentar de impedir que a elaboração dos atos normativos incida em desvios constitucionais, exercendo, então, controle preventivo de constitucionalidade.
- D. O controle incidental é sempre de natureza concreta.
- E. O controle principal é sempre de natureza abstrata.



Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**A denominada imunidade parlamentar que consiste na não obrigatoriedade do parlamentar em testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações, é conhecida como imunidade**

- A. processual
- B. testemunhal
- C. foro especial
- D. probatória
- E. prisional

Questão 8

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Conforme a Constituição Federal e a interpretação do STF, inclui-se na competência do Tribunal de Contas**

- A. apreciar a legalidade, para fins de registro, das nomeações para cargo de provimento em comissão.
- B. determinar a quebra de sigilo bancário.
- C. apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- D. executar suas próprias decisões.
- E. julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.



Seguir para...

QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO ADMINISTRATIVO - 7 PONTOS ►

**Iniciado em** domingo, 8 nov 2020, 09:51

**Estado** Finalizada

**Concluída em** domingo, 8 nov 2020, 09:52

**Tempo  
empregado** 7 segundos

Questão **1**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**A desconsideração da personalidade jurídica, interpretando-se restritivamente os parâmetros previstos no art. 50 do CC, compreende que**

- A. a teoria da desconsideração não pode ser invocada pela pessoa jurídica em seu favor.
- B. o conceito de abuso de personalidade não abrange as pessoas jurídicas sem fins econômicos.
- C. a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica não prescinde da demonstração da insolvência da pessoa jurídica.
- D. o encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica basta para configurar o abuso de personalidade jurídica.
- E. As outras alternativas estão incorretas.



Questão 2

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**A respeito da prova dos fatos jurídicos e do negócio jurídico, marque a opção certa:**

- A. a cópia fotográfica de documento, conferida por tabelião de notas, valerá como prova de declaração da vontade, e, ainda que impugnada sua autenticidade, dispensa a exibição do original.
- B. as declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários e terceiros mencionados.
- C. o instrumento particular, feito por terceiro e somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor.
- D. a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de qualquer valor.
- E. salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.



Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**A transação, no Código Civil, submete-se a regime**

- A. contratual, interpretando-se sempre ampliativamente, e, por ela, é possível transmitir, declarar e reconhecer direitos.
- B. extracontratual, não aproveitando nem prejudicando senão aos que nela intervierem, salvo se disser respeito a coisa indivisível e, sendo nula alguma de suas cláusulas, prevalecerão as demais cláusulas.
- C. contratual ou extracontratual e é anulável em virtude de lesão, dolo, estado de perigo, erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa e fraude contra credores.
- D. contratual, não aproveitando nem prejudicando senão aos que nela intervierem, mesmo que diga respeito a coisa indivisível, não se anulando por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.
- E. extracontratual, sendo apta a terminar litígios, mediante concessões mútuas, mas não para os prevenirem.



Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Acerca das obrigações, segundo o Código Civil, marque a alternativa verdadeira:**

- A. Na solidariedade passiva, a renúncia e a remissão são tratados, quanto aos seus efeitos, de igual forma pelo Código Civil.
- B. A obrigação portátil (*portable*) é aquela em que o pagamento deve ser feito no domicílio do devedor, ficando o credor, portanto, obrigado a buscar a quitação.
- C. Na assunção de dívida, a oposição da exceção de contrato não cumprido é permitida ao assuntor em face do devedor primitivo, mas vedada em face do credor.
- D. Se há assunção cumulativa, compreende-se como estabelecida a solidariedade obrigacional entre os devedores.
- E. A multa moratória e a multa compensatória podem ser objeto de cumulação com a exigência de cumprimento regular da obrigação principal.



Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Acerca dos defeitos do negócio jurídico, a fraude contra credores caracteriza-se:**

- A. poderão ser anulados os negócios de transmissão gratuita ou onerosa de bens se os praticar o devedor já insolvente, mesmo que a insolvência não seja notória e nem conhecida pelo outro contratante.
- B. os negócios jurídicos poderão ser anulados pelos credores quirografários, mas não pelos credores, cuja garantia se torna insuficiente.
- C. presumem-se fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor solvente tiver dado a algum credor.
- D. presumem-se fraudulentários os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil.
- E. só aqueles que já eram credores ao tempo dos atos podem pleitear sua anulação.



Questão **6**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Quanto à prescrição e à decadência, é correto afirmar que**

- A. os prazos prescricionais, em regra, são aqueles definidos por lei; contudo, por acordo das partes, eles podem ser alterados e novas causas de interrupção e suspensão podem ser criadas.
- B. a decadência atinge diretamente o direito de ação e, assim, faz desaparecer o direito tutelado, ao passo que a prescrição, ao atingir o direito tutelado, tem como consequência a extinção da ação.
- C. a renúncia à prescrição é válida desde que seja expressa, não cause prejuízos a terceiros e seja realizada depois que a prescrição se consumir.
- D. a prescrição, a preempção e a preclusão são institutos que geram a perda de direitos, sendo as duas primeiras de natureza material e a última, de natureza processual.
- E. a prescrição pode ser classificada como aquisitiva e extintiva, uma vez que o decurso do tempo, elemento comum às duas espécies, tem influência para a aquisição e a extinção de direitos.



Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Surpresa com o diagnóstico de câncer de mama, Antônia busca, junto com o marido, o plano de saúde para providenciar um tratamento. Nessa busca, eles tiveram a decepcionante resposta de que, por ser uma doença preexistente, o tratamento não seria coberto pela empresa. Diante disso, precisando urgentemente de dinheiro para pagar as despesas do tratamento de saúde, colocam à venda, por R\$ 250.000,00, o imóvel do casal, avaliado em R\$ 2.000.000, 00. José Pedro, ciente da oferta, mas sem ter conhecimento da circunstância que motivou a oferta do imóvel a esse preço tão baixo, acha a oportunidade única e decide comprar o imóvel do casal. Nessa situação, o negócio jurídico entre Antônia, seu esposo e João Pedro é:**

- A. anulável diante do vício de consentimento lesão, já que a circunstância de inferioridade impeliu o casal a esse negócio jurídico.
- B. As outras alternativas estão incorretas.
- C. anulável diante do vício de consentimento estado de perigo, já que foram impelidos a realizar o negócio jurídico para salvar a vida de Antônia.
- D. nulo diante do consentimento viciado de Antônia e seu marido, que não estavam com o consentimento livre diante da necessidade que se apresentava.
- E. nulo já que tem objeto ilícito, evidenciando-se a ilicitude pela desproporção entre as contraprestações previstas no negócio em tela.



◀ QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO ADMINISTRATIVO - 7 PONTOS

Seguir para...

QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 8 PONTOS ▶



**Iniciado em** domingo, 8 nov 2020, 09:52

**Estado** Finalizada

**Concluída em** domingo, 8 nov 2020, 09:52

**Tempo  
empregado** 6 segundos

Questão **1**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Um argumento secundário e utilizado como simples opinião, como argumento de persuasão, que não se fundamenta como precedente vinculante em caso similar, denomina-se:**

- A. *obiter dictum*.
- B. *stare decisis*.
- C. *distinguishing*.
- D. *ratio decidendi*.
- E. *overruling*.



Questão **2**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Na dicção do CPC, será (ão) representadas em juízo, ativa e passivamente:**

- A. A União, diretamente pelo procurador federal.
- B. A autarquia e a fundação de direito público, por quem a CF determinar.
- C. A massa falida, por seu curador.
- D. O condomínio, pelo administrador judicial ou síndico.
- E. Os Estados e o DF, por seus respectivos governadores.



Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Conforme o Código de Processo Civil (CPC), é passível de estabilização a tutela**

- A. cautelar de urgência requerida em caráter antecedente, mediante a negociação expressa entre as partes.
- B. antecipada concedida em caráter antecedente, se da decisão houver interposição de recurso por assistente simples e o réu não se manifestar.
- C. antecipada de urgência requerida em caráter antecedente, mediante negociação expressa entre as partes.
- D. provisória concedida em caráter incidental, se da decisão não houver interposição tempestiva de recurso.
- E. cautelar concedida em caráter antecedente, se da decisão não houver interposição de recurso cabível.



Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**É correto afirmar, acerca do incidente de resolução de demandas repetitivas,**

- A. tanto que seja admitido, a suspensão dos processos pendentes em que se discuta a questão controvertida poderá ser determinada pelo relator ou eventualmente pelo tribunal superior competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial.
- B. poderá ser instaurado quando houver risco de multiplicação de processos como decorrência de controvérsia sobre questão unicamente de direito, de que possa resultar prejuízo à isonomia e à segurança jurídica.
- C. pode tramitar, paralela e concorrentemente, com a afetação, perante tribunal superior, de recurso para definição de tese sobre questão material ou processual repetitiva.
- D. As outras alternativas estão incorretas.
- E. o órgão colegiado incumbido de julgá-lo fixará a tese e, para preservar o juiz natural, devolverá o julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária para que se complete o julgamento perante o órgão de onde se originou o incidente.



Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**No CPC, quanto ao Ministério Público:**

- A. respectivo membro será civilmente responsável, de forma direta quando agir com fraude e regressivamente quando agir com dolo ou culpa grave.
- B. As outras alternativas estão incorretas.
- C. em prol do Ministério Público vigora presunção de veracidade de suas alegações e de autenticidade dos documentos que juntar aos autos.
- D. se o respectivo membro deixar de cumprir decisão jurisdicional ou criar embaraço para tanto, será a ele imposta multa de até vinte por cento do valor da causa, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade disciplinar.
- E. quando a prova pericial por ele requerida não seja realizada por entidade pública, caberá a ele, Ministério Público, adiantar os custos respectivos, desde que haja previsão orçamentária.



Questão 6

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Menor com 16 anos, João Paulo passou no vestibular de Direito da Universidade Federal do Maranhão, e seus pais, preocupados com a sua manutenção, adquiriram dois apartamentos em São Luís, registrando-os em nome do filho, para, com o resultado dos alugueres, sustentarem as despesas mensais do estudante. Um dos apartamentos foi alugado a Francisco, figurando como locador o pai de João Paulo. O locatário, após cinco meses, deixou de pagar os aluguéis, despesas do condomínio e do IPTU. O pai de João Paulo ajuizou uma ação de despejo, cumulada com a cobrança dos alugueres e taxas, com um pedido de tutela antecipada. O juiz da causa determinou a oitiva do Ministério Público.**

**Em face dessa situação, é correto afirmar que:**

- A. o Ministério Público não intervirá no processo porque se trata de direito patrimonial disponível.
- B. o Ministério Público intervirá no feito porque a representação feita pelo genitor impede qualquer futura alegação de nulidade.
- C. o Ministério Público não intervirá no processo porque o menor tem 16 anos e está assistido pelo genitor.
- D. o Ministério Público intervirá no feito, sob pena de nulidade ou anulabilidade.
- E. o Ministério Público não intervirá no feito porque o menor, apesar de proprietário do imóvel, não é parte do processo.



Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Quanto à petição inicial, considere os seguintes enunciados:**

**I. Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.**

**II. O pedido deve ser determinado, sendo lícito porém formular pedido genérico somente se não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, ou ainda, nas ações universais, se o autor não puder individualizar os bens demandados.**

**III. É lícita a cumulação em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão ou continência.**

**IV. Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

- A. I, II e III.
- B. I, III e IV.
- C. II e III.
- D. I e IV.
- E. II e IV.



Questão 8

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Marque a opção correta:**

- A. O paradigma cooperativo adotado pelo novo CPC traz como decorrência os deveres de esclarecimento, de prevenção e de assistência ou auxílio.
- B. Segundo o princípio da igualdade processual, os litigantes devem receber do juiz tratamento idêntico, razão pela qual a doutrina, majoritariamente, posiciona-se pela inconstitucionalidade das regras do CPC, que estabelecem prazos diferenciados para o Ministério Público, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública se manifestarem nos autos.
- C. O CPC prevê, expressamente, como princípios a serem observados pelo juiz na aplicação do ordenamento jurídico a proporcionalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, legalidade, publicidade e a eficiência.
- D. O novo CPC adotou o princípio do contraditório efetivo, eliminando o contraditório postecipado, previsto no sistema processual civil antigo.
- E. O conteúdo do princípio do juiz natural é unidimensional, manifestando-se na garantia do cidadão a se submeter a um julgamento por juiz competente e pré-constituído na forma da lei.



◀ QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO CIVIL - 7 PONTOS

Seguir para...

QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO PENAL - 10 PONTOS ▶



**Iniciado em** domingo, 8 nov 2020, 09:53

**Estado** Finalizada

**Concluída em** domingo, 8 nov 2020, 09:53

**Tempo  
empregado** 10 segundos

Questão **1**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

- I) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, antes de recebê-la, ordenará a notificação do acusado para resposta preliminar e, somente após isso, decidirá pelo recebimento ou não da denúncia.
- II) Na resposta à acusação, o réu só poderá alegar vícios processuais e preliminares.
- III) O princípio da identidade física do juiz é aplicado no processo penal por aplicação analógica do processo civil.
- IV) A audiência de custódia tem previsão apenas em atos normativos do CNJ, razão pela qual sua constitucionalidade é bastante duvidosa.
- V) Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado.

- A. Apenas os itens II, III, e V estão errados.
- B. Apenas os itens IV e V estão errados.
- C. Apenas os itens I, III e V estão errados.
- D. Todos os itens estão errados.
- E. Apenas o item II está errado.



Questão 2

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

**I) Conforme a redação do Código de Processo Penal, a *mutatio libelli* só é possível em crimes de ação pública e na ação privada subsidiária da pública.**

**II) A *emendatio libelli* ocorre quando o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na peça acusatória, atribui-lhe definição jurídica diversa, não podendo aplicar pena mais grave.**

**III) O equívoco na denúncia quanto à capitulação do crime imputado ao acusado – modalidade tentada, em vez de consumada – não pode ser corrigido na sentença por meio da *emendatio libelli*, devendo haver o aditamento da denúncia.**

**IV) É possível a aplicação do art. 384 do Código de Processo Penal em segunda instância.**

**V) Mélvio praticou crime de furto em 2007. Nesse caso, o juiz poderá fixar o valor mínimo para a reparação civil dos danos causados ao ofendido na sentença penal condenatória.**

- A. Estão corretos os itens I, III e V.
- B. Estão corretos os itens I e V.
- C. Está correto apenas o item I.
- D. Estão corretos os itens II e V.
- E. Está correto apenas o item V.



Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA, COM BASE NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E NO CPP:**

**I) O Juiz, diante do não oferecimento de denúncia por parte do membro do Ministério Público, deve, conforme construção pretoriana, receber a manifestação como de arquivamento, remetendo os autos para o Procurador Geral de Justiça (art. 28 do CPP), inclusive nos casos em que - a negativa ministerial seja fundada na incompetência jurisdicional. Fala-se em arquivamento indireto.**

**II) A exigência de realização do interrogatório ao final da instrução criminal, conforme o art. 400 do CPP, é aplicável no âmbito da lei de drogas.**

**III) A INTERPOL tem legitimidade para requerer, no Brasil, prisão cautelar para fins de extradição.**

**IV) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.**

**V) É válida a interceptação telefônica decretada por juiz da central de inquéritos criminais, ainda que não seja o competente para julgar a futura ação penal.**

- A. Todos os itens estão errados.
- B. Estão incorretos os itens II e IV.
- C. Está incorreto apenas o item IV.
- D. Todos os itens estão corretos.
- E. Estão corretos os itens I e V apenas.



Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**NO QUE SE REFERE A DENÚNCIA OU QUEIXA, ASSINALE A OPÇÃO CORRETA.**

**I) É possível condenar o querelante em honorários advocatícios sucumbenciais na hipótese de rejeição da queixa-crime por ausência de justa causa.**

**II) É válido o oferecimento da denúncia com base em inquérito civil público.**

**III) No Código de Processo Penal está prevista a apelação como recurso cabível do não recebimento da denúncia ou queixa.**

**IV) Aplica-se o princípio da indivisibilidade nas ações penais públicas.**

**V) O acordo de não persecução penal é visto pela doutrina como o marco final da adoção do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.**

- A. Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
- B. Todos os itens estão corretos.
- C. Estão corretos apenas os itens I e II.
- D. Está correto apenas o item II.
- E. Estão corretos apenas os itens I, II e V.



Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**COM RELAÇÃO AO INSTITUTO DA TRANSAÇÃO PENAL E DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, PREVISTOS NA LEI 9.099/95, ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

**I) No caso de réu que tenha condenação anterior transitada em julgado, é possível a propositura do sursis processual se já houver transcorrido mais de cinco anos entre a extinção da punibilidade pelo delito da condenação e a prática do novo fato criminoso.**

**II) Presentes os demais requisitos para a concessão do sursis processual, o MP poderá propor, ao oferecer a denúncia, a referida suspensão, desde que o crime seja de menor potencial ofensivo.**

**III) É possível a imposição, pelo juiz, de doação de cestas básicas para o réu como condição para a obtenção do sursis processual.**

**IV) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 faz coisa julgada material e, ainda que descumpridas suas cláusulas, não há a possibilidade do Ministério Público requerer a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.**

**V) O sursis processual é direito subjetivo do réu, sendo obrigatória a sua proposição por parte do MP ou do querelante, caso presente os requisitos estabelecidos por lei. Caso não seja proposta, o juiz poderá conceder de ofício o benefício.**

- A. Estão corretos apenas os itens IV e V.
- B. Todos os itens estão corretos.
- C. Estão corretos apenas os itens II e III.
- D. Está correto apenas o item III.
- E. Estão correto apenas os itens I e III.



Questão **6**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ACERCA DA COMPETÊNCIA PENAL, ASSINALE A OPÇÃO CORRETA.**

**I) Compete à justiça estadual processar e julgar ação penal na qual se apurem infrações penais praticadas contra o Banco Postal.**

**II) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime praticado em detrimento de casa lotérica.**

**III) Compete à justiça Federal processar e julgar crimes praticados em detrimento de agência comunitária dos Correios.**

**IV) O fato de o delito ter sido cometido por brasileiro no exterior, por si só, não atrai a competência da justiça federal.**

**V) Compete à justiça federal o julgamento dos crimes de contrabando e descaminho, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade na conduta.**

- A. Estão corretos apenas os itens I e III.
- B. Todos os itens estão corretos.
- C. Todos os itens estão incorretos.
- D. Estão corretos os itens III e V.
- E. Estão corretos apenas os itens II, IV e V.



Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO INCORRETA.**

- A. O juiz poderá autorizar, constatado o interesse público, a utilização de bem sequestrado, apreendido ou sujeito a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, do sistema prisional, do sistema socioeducativo, da Força Nacional de Segurança Pública e do Instituto Geral de Perícia, para o desempenho de suas atividades, apenas para crimes previstos na Lei de Drogas, onde há previsão expressa nesse sentido.
- B. Na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico, se o crime não tiver vítima determinada, poderá haver destinação dos bens a museus públicos.
- C. O sequestro é uma medida cautelar de natureza patrimonial, fundada, precipuamente, no interesse público consubstanciado no ulterior perdimento de bens como efeito da condenação (confisco) e, secundariamente, no interesse privado do ofendido na reparação do dano causado pela infração penal.
- D. As medidas assecuratórias no processo penal só podem ser decretadas caso estejam presentes o *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*.
- E. Para o bem móvel adquirido como proveito obtido com a infração penal, a medida assecuratória cabível será o sequestro. Se o bem móvel for produto direto da infração, será cabível a busca e apreensão.



Questão 8

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**Mélvio foi processado pelos crimes de roubo e corrupção de menores. Citado, indicou advogado para patrocinar sua defesa, não tendo, no entanto, sido apresentada resposta no prazo legal, o que levou o juiz a nomear a defensoria pública para apresentar defesa. Na peça processual, foram arroladas oito testemunhas, além da mãe e do pai do acusado, bem como apresentada documentação comprovando que, no dia e hora dos fatos narrados na denúncia, o acusado estava trabalhando em outro país. A resposta foi recebida e designada audiência de instrução e julgamento. Após a colheita do depoimento da vítima e das testemunhas presentes, verificou-se a necessidade de oitiva de testemunhas de acusação residentes em outro estado da Federação. Assim, procedeu-se ao interrogatório do acusado. As partes requereram diligências e, após o cumprimento destas, abriu-se vista a acusação e defesa, para o oferecimento de alegações finais por memoriais. Os autos foram conclusos ao juiz substituto, visto que o titular, que presidira a sessão, estava de férias. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.**

- A. O juiz não poderia nomear a defensoria pública para patrocinar a defesa de Mélvio, já que este possuía advogado particular.
- B. O juiz substituto não poderá proferir a sentença, visto que não presidiu a instrução.
- C. O juiz agiu corretamente ao realizar a oitiva das testemunhas de defesa e, em seguida, interrogar o acusado antes de colhido o depoimento das testemunhas de acusação faltantes.
- D. Convencido de que Mélvio não tivesse concorrido para a prática dos crimes narrados na denúncia, o juiz poderia tê-lo absolvido sumariamente quando do recebimento da resposta à acusação.
- E. Ao receber a resposta à acusação, o juiz deveria ter determinado que a defesa adequasse seu rol de testemunhas ao número legal.



Questão 9

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**TÍCIO, ENTRE JANEIRO DE 2016 A FEVEREIRO DE 2018, RECEBEU A APOSENTADORIA POR IDADE DE SUA MÃE, QUE FALECEU EM DEZEMBRO DE 2015. O CANCELAMENTO DA APOSENTADORIA OCORREU EM MARÇO DE 2018 E FOI FEITO PELO INSS, APÓS PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO QUE TEVE TRÂMITE NAQUELA AUTARQUIA FEDERAL. EM ABRIL DE 2020, O REFERIDO PROCEDIMENTO FOI ENCAMINHADO À PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO, QUE DEU ORIGEM A PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (PIC). CHAMADO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS, TÍCIO ADMITIU QUE RECEBEU A APOSENTADORIA, CONTUDO, O FEZ POR ESTADO DE NECESSIDADE, JÁ QUE ESTAVA DESEMPREGADO HÁ MAIS DE CINCO ANOS. TÍCIO NUNCA SOFREU CONDENAÇÃO PENAL, NEM FOI BENEFICIADO POR TRANSAÇÃO PENAL OU SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

- I) O Procurador da República não poderá realizar acordo de não persecução penal visto que o crime foi cometido antes da entrada em vigor da Lei 13.968/2019.
- II) Para que o acordo de não persecução penal seja homologado em juízo, deverá Tício devolver todos os valores referentes às aposentadorias que recebera, salvo se comprovar a impossibilidade de fazê-lo.
- III) O Procurador da República não poderá realizar o acordo de não persecução penal visto que não houve o cometimento de crime, em razão da excludente de estado de necessidade.
- IV) Ainda que Tício tivesse respondido a ação penal logo após a descoberta do crime, em março de 2018, e tivesse sido condenado, ainda assim faria jus ao acordo de não persecução penal.
- V) Caso o Procurador da República se recuse a realizar o acordo de não persecução penal, Tício poderá requerer a remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

- A. Todos os itens estão corretos.
- B. Estão corretos os itens III e IV.
- C. Está correto o item I.
- D. Está correto o item II.
- E. Estão corretos os itens II e V.



Questão **10**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**A RESPEITO DO INSTITUTO DO HABEAS CORPUS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

- I) É vedado, de modo genérico, a utilização de habeas corpus como sucedâneo da revisão criminal sem, contudo, afastá-la expressamente para questões de direito, de que é exemplo a atipicidade do fato, em função da primazia da tutela da liberdade individual;**
- II) Como regra, não se admite HC para rediscutir dosimetria da pena aplicada na sentença;**
- III) Em linhas gerais, é cabível a impetração de habeas corpus quando se puder cogitar de privação da liberdade de locomoção, salvo no caso de imposição de recolhimento domiciliar;**
- IV) Diferentemente do Mandado de Segurança, não cabe Habeas Corpus Coletivo.**
- V) Não cabe HC para se discutir a fixação de reparação civil fixada na sentença condenatória.**

- A. Todas os itens estão corretos.
- B. Estão incorretos os itens III e IV.
- C. Estão corretos apenas os itens I e V.
- D. Estão incorretos apenas os itens II e III.
- E. Todas os itens estão incorretos.



◀ QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO PENAL - 10 PONTOS

Seguir para...



**Iniciado em** domingo, 8 nov 2020, 09:53

**Estado** Finalizada

**Concluída em** domingo, 8 nov 2020, 09:53

**Tempo** 8 segundos  
**empregado**

Questão **1**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**TÍCIO, OFERECENDO PROPINA A UM SERVIDOR DE UMA AUTARQUIA FEDERAL, SUPONDO SER FUNCIONÁRIO DE EMPRESA PRIVADA COM INTERESSE EXCLUSIVAMENTE PARTICULAR, INCIDE EM:**

- A. erro de tipo essencial.
- B. *aberratio ictus*.
- C. erro de subsunção.
- D. erro sobre a pessoa.
- E. discriminante putativa.



Questão **2**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**O JUIZ, AO APLICAR A PENA, DEVE:**

**I) Aumentar a pena base quando houver inquéritos policiais em curso investigando o réu, em razão dos maus antecedentes.**

**II) Aumentar a pena base, nos crimes de concussão e corrupção passiva, pelo fato do agente querer obter “lucro fácil”.**

**III) Valer-se de sua opinião quanto a gravidade em abstrato do crime no que diz respeito à fixação do regime prisional em que o condenado começará a cumprir a sanção.**

**IV) Indicar, no caso de condenado a pena de reclusão superior a 08 anos, que o cumprimento da sanção deve ser iniciado em regime fechado.**

**V) Considerar eventuais causas de aumento de pena do condenado na segunda fase da dosimetria.**

- A. Todos os itens estão errados.
- B. Os itens IV e V estão corretos.
- C. Os itens I e IV estão corretos.
- D. Os itens II, III e IV estão corretos.
- E. O item IV está correto.



Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA, ACERCA DA LAVAGEM DE CAPITALS:**

**I – “Placement” é a separação física do dinheiro dos autores do crime. É antecedida pela captação e concentração do dinheiro.**

**II – A condenação no crime antecedente não é pressuposto para a configuração do crime de lavagem de capitais.**

**III – A construção doutrinária norte americana da “consciousness avoidance” admite o dolo eventual no crime de lavagem de capitais.**

**IV – O crime do art. 1º, § 1º, II (quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia) exige o especial fim de agir (elemento subjetivo do tipo).**

**V – Configura o crime de lavagem de dinheiro quem esconde notas de dinheiro recebido como propina nos bolsos do paletó, na cintura e dentro das meias.**

- A. Estão incorretos os itens I e II.
- B. Estão incorretos os itens I e V.
- C. Todos os itens estão corretos.
- D. Está incorreto apenas o item V.
- E. Os itens III e IV estão incorretos.



Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

- I) O dolo indireto (ou indeterminado) é sinônimo de dolo eventual.**
- II) O dolo geral é espécie do erro de tipo acidental (erro sobre o nexo causal).**
- III) O dolo normativo é aquele adotado pela teoria psicológico-normativa da culpabilidade.**
- IV) No Brasil, não se pune a conduta movida pelo dolo antecedente.**
- V) No dolo de segundo grau, o resultado paralelo é incerto, eventual, possível e desnecessário.**

- A. Todos os itens estão corretos.
- B. Estão corretos os itens II e V.
- C. Está correto apenas o item I.
- D. Estão corretos os itens II e III.
- E. Estão corretos os itens I, III e IV.



Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

- A. Os crimes plurissubjetivos ou de concurso eventual são aqueles que só podem ser praticados por número plural de agentes.
- B. Um exemplo de autoria mediata é o erro determinado por terceiro (art. 20, § 2º do CP).
- C. Os crimes próprios admitem coautoria. Já os crimes de mão própria não admitem coautoria ou participação.
- D. O Brasil adotou a teoria da acessoriedade máxima.
- E. Em regra, é possível a tentativa de participação.



Questão 6

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

I) O término do mandato antes do prazo final para a prestação de contas não impede a responsabilização do gestor municipal pelo crime do art. 1º, VII, do Dec. Lei nº 201/67.

II) O peculato de uso é incriminado pelo Dec. Lei nº 201/67.

III) A extinção do mandato de prefeito não impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do Dec. Lei nº 201/67, respondendo o sujeito ativo do crime pelos crimes contra a administração pública tipificados no código penal ou em outros diplomas legais.

IV) O prefeito pode praticar o crime de apropriação indébita previdenciária, sendo necessária a comprovação do *animus rem sibi habendi*.

V) O prefeito que utiliza verbas oriundas do FNS (fundo nacional de saúde) para o pagamento de débitos da Secretaria Municipal de Saúde junto ao instituto de previdência do Município pratica o crime do art. 1, III, do Dec. Lei 201/67.

- A. Está correto apenas o item III.
- B. Estão corretos apenas os itens II e III.
- C. Estão errados os itens I e IV.
- D. Está incorreto apenas o item I.
- E. Todos os itens estão corretos.



Questão **7**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

- I) Conforme a jurisprudência do STF, a participação em marchas de legalização das drogas constitui delito de apologia ao crime (art. 287 do CP).**
- II) Para ter direito à atenuante no caso do crime de tráfico de drogas, é necessário que o réu admita que traficava, não podendo dizer que era mero usuário.**
- III) O STF declarou constitucional a vedação da conversão em penas restritivas de direito nos crimes de tráfico de drogas.**
- IV) A falta de laudo toxicológico definitivo não pode ser suprida pelo laudo provisório.**
- V) Para o STF e o STJ, para que haja a incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, III, da Lei de drogas (se o crime foi cometido em transportes públicos), não é necessária a efetiva comercialização da droga dentro do transporte público.**

- A. Todos os itens estão incorretos
- B. Está correto o item II.
- C. Estão corretos os itens I, II e V.
- D. Todos os itens estão corretos.
- E. Estão corretos os itens III e IV.



Questão 8

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

**I) Cometia o crime do art. 334 do CP quem importava arma de fogo antes da entrada em vigor da Lei nº 10.826/2003.**

**II) O porte de arma de fogo desmuniada configura o crime do art. 14 do Estatuto do Desarmamento.**

**III) Não configura crime de posse ilegal de arma de fogo a conduta do agente que mantém sob guarda, no interior de sua residência, arma de fogo de uso permitido com registro vencido.**

**IV) O crime de porte de arma de fogo ou de munição configura crime de perigo abstrato.**

**V) Mέλvio importou arma de fogo sem autorização da autoridade competente em 07 de setembro de 2019. Ele poderá receber uma pena de 04 a 08 anos de reclusão e multa.**

- A. Todos os itens estão corretos.
- B. Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- C. Os itens IV e V estão incorretos.
- D. Apenas os itens I e V estão corretos.
- E. O item II está incorreto.



Questão 9

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

**I) A lei n. 8.072/90 adotou o sistema legal quanto ao critério para a classificação de determinado delito como crime hediondo.**

**II) Mélvio cometeu o crime de roubo com emprego de arma de fogo no natal de 2019 (25 de dezembro). Ele terá cometido crime hediondo.**

**III) Estupro e atentado violento ao pudor são hediondos ainda que praticados de forma simples.**

**IV) Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.**

**V) A prisão provisória dos crimes hediondos terá o prazo de 30 dias, podendo ser prorrogável por igual período.**

- A. Todos os itens estão corretos.
- B. Estão corretos os itens I, III e IV.
- C. Estão corretos os itens I, II e IV.
- D. Estão errados os itens I e II.
- E. Está errado só o item II.



Questão **10**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

**I) Para o STF, a medida de segurança deve ser limitada à pena máxima cominada em abstrato ao delito praticado.**

**II) É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base.**

**III) Mesmo que o inimputável tenha praticado um fato previsto como crime punível com reclusão, ainda assim será possível submetê-lo a tratamento ambulatorial, desde que fique demonstrado que essa medida é a que melhor se ajusta ao caso concreto.**

**IV) A incidência da circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.**

**V) Não se aplica o instituto do arrependimento posterior ao crime de moeda falsa.**

- A. Todos os itens estão errados.
- B. Estão corretos apenas os itens I e V.
- C. Todos os itens estão corretos.
- D. Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
- E. Estão corretos os itens II, III e V.



◀ QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 8 PONTOS

Seguir para...

QUESTÕES OBJETIVAS - DIREITO PROCESSUAL PENAL - 10 PONTOS ▶

